



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO DA JUSTIÇA



PODER JUDICIÁRIO

ANO CXI Nº 166 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 05 DE SETEMBRO DE 2017 EDIÇÃO DE HOJE: 06 PÁGINAS

SUMÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral de Justiça

Aditivo, Ata e Ato	01
Aviso e Editais	02
Portarias	03
Relação de Inscritos e Resolução	04
Termo de Doação	05

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Aditivos	05
Ato, Portaria e Termo de Compromisso	06

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO Procuradoria Geral de Justiça

ADITIVO

EXTRATO DE 2º ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 051/2015.PROCESSO Nº 6176/2017. OBJETO: objeto a prorrogação do prazo de vigência estabelecido inicialmente no Contrato nº 051/2015, de prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema

informatizado e integrado com utilização de cartões magnéticos com chip e/ou microprocessados, para gerenciamento da frota de veículos, e equipamentos do tipo gerador, com abastecimento de combustíveis e outros serviços prestados por postos credenciados, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e acessórios, incluindo lavagens, pneus, óleos, filtros e outros serviços disponibilizados por rede credenciada na capital e interior do Estado, com início em 15.09.2017 e término em 14.09.2018, conforme as razões e justificativas nos autos do Processo Administrativo nº 6176/2017. VALOR GLOBAL: R\$ 141.666,67 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). NOTA DE EMPENHO Nº 2017NE02076, datada de 04/08/2017. PLANO INTERNO: CAMPE. NATUREZA DA DESPESA: 339039. BASE LEGAL: Cláusula Segunda do Contrato nº 051/2015, c/c artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93. CONTRATANTE: Procuradoria Geral de Justiça. CONTRATADO: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.São Luís, 01 de setembro de 2016. EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES - Diretor Geral da PGJ-MA.

ATA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2017.PROCESSO Nº:1412/2017. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2017-SRP-CPL/PGJ/MA. OBJETO: objeto é a constituição de registro de preços para a aquisição eventual e futura de ares-condicionados, do tipo split, modelo parede.

ITEM	DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UND	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	Aparelho de Ar Condicionado, tipo Split, modelo parede, com capacidade de no mínimo 24.000 BTU/h, na cor branca, que utilize gases refrigerantes ecológicos, tensão de 220V, monofásico, com filtro lavável, com função sleep (repouso), com três velocidades, com função desumidificação, timer e swing, classificação "A" ou "B", com controle remoto sem fio e com visor de cristal líquido, com serpentina da condensadora de cobre. Garantia mínima de 01 ano, tanto para a evaporadora como para a condensadora, e assistência técnica autorizada de fábrica. MARCA ELGIN HEF124B21A	UND	70	2.230,36	156.125,20
VALOR TOTAL					R\$ 156.125,20

VALOR GLOBAL:R\$ 156.125,20 (cento e cinquenta e seis mil, cento e vinte e cinco reais e vinte centavos) . Mediante Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência, e proposta de preços apresentada no Pregão Eletrônico nº 024/2017. PRAZO: 12 (doze) meses, com eficácia legal após a sua publicação na Imprensa Oficial. CONTRATANTE: Procuradoria Geral de Justiça. CONTRATADA: J. L. DO B. GUIMARÃES LTDA - JBX PRODUTOS EIRELI. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais nº 5.450/05 e 7.892/13, Decreto Estadual nº. 31.553/2016, Leis Complementares nº. 123/06 e 147/14, Portaria nº 1.901/05 - GPGJ e Ato Regulamentar nº 11/2014 - GPGJ, ambos deste Ministério Público Estadual e demais normativos legais aplicáveis à espécie.

São Luís, 01 de setembro de 2017.

EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES

Diretor-Geral da PGJ/MA

ATO

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2017 - GPGJ

Aprova o Protocolo para a História Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução nº 158/2017-CNMP, que instituiu o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (PLANAME) e seus instrumentos de operacionalização;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, § 2º, do Ato Regulamentar nº 21/2017, que instituiu a História Oral como uma das manifestações do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO a necessidade de sistematizar a produção de banco de dados e arquivos de depoimentos e entrevistas para o registro da História Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Protocolo para a História Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão, a ser conduzido pelo Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Art. 2º. Este Ato Regulamentar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

São Luís (MA), 1º de setembro de 2017.

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO

Procurador-Geral de Justiça

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO.PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 045/2017.

A Procuradoria-Geral de Justiça comunica que realizará licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, regida pela Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais nº 5.450/05 e 7.892/13, Decreto Estadual nº 31.553/2016, Leis Complementares nº 123/06 e 147/14, Portaria nº 1.901/05-GPGJ e Ato Regulamentar nº 11/2014 - GPGJ, ambos deste Ministério Público Estadual, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, objetivando **constituição de registro de preços para a aquisição eventual e futura de MATERIAL MÉDICO (PERMANENTE) para o suprimento das necessidades da Seção de Saúde Funcional da Procuradoria-Geral de Justiça**. A abertura da sessão pública está marcada para o **dia 18 de setembro de 2017 às 10h (dez horas) horário de Brasília-DF**. Obtenção do Edital e recebimento das Propostas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. (UASG: 925129). O edital e seus anexos poderão ser consultados no prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís, Maranhão. Informações: site: www.mppma.mp.br e nos telefones: (98) 3219 1645, 3219 1766 das 08:00 às 15:00 horas. São Luís, 04 de setembro de 2017. **VICEMIR TEIXEIRA MOTA FONTENELLE** - Pregoeira Oficial CPL/PGJ-MA

EDITAIS

Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Corda - MA

EDITAL Nº 03/2017

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 02/2017
(CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA)**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pelo Promotor de Justiça titular da Segunda Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Corda (MA), especializada para a Defesa da Educação, do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural, da Criança e do Adolescente, entre outros interesses sociais, no uso das suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO o aparente desinteresse da sociedade civil barracordense pelos assuntos da Administração Pública, deixando de cooperar no planejamento das ações governamentais e no controle da gestão pública e a extrema relevância do processo participativo para qualificar a formulação, execução e avaliação das políticas públicas;

CONSIDERANDO que, por isso, a cooperação das associações representativas da sociedade civil no planejamento municipal deve ser incentivada pelo poder público (arts. 29, inciso XII, e 204, da Constituição, c/c art. 48, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, com alteração introduzida pela Lei Complementar nº 131/2009);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do regime democrático e dos interesses sociais [...], zelando "[...] pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição [...]" e promovendo as medidas garantidoras a teor dos arts. 127, caput, e 129, inciso II, da Constituição Federal,;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n. 82/2012, com alteração introduzida pela Resolução n. 159, de 14.2.2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que dispõe sobre audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados;

1) CONVOCA audiência pública a se realizar no dia 14 de setembro de 2017, começando às 8h30, no Auditório do Complexo Educacional Galeno Edgar Brandes, situado na Avenida Rio Amazonas, cidade de Barra do Corda (MA), a fim de fazer **escuta social e debate temático sobre transparência, participação popular no planejamento governamental e controle social** com foco na gestão de políticas públicas pertinentes às atribuições da Promotoria de Justiça convocante.

2) DISPÕE sobre os procedimentos na condução do evento, que será presidido pelo Promotor de Justiça que o convoca, da seguinte forma:

Art. 1º. Serão convidados a participar da audiência pública, entre outras, as seguintes autoridades e lideranças de Barra do Corda (MA): o Chefe do Poder Executivo e os Membros do Poder Legislativo, órgãos de representação jurídica, membros dos Conselhos Municipais e Estaduais, Gestores Municipais e Estaduais, Gestores Escolares, Professores, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e da sociedade civil, comunicadores e outras lideranças sociais.

Art. 2º. A audiência será realizada em conformidade com regimento que será lido pela autoridade presidente, logo após a abertura, observadas as seguintes normas básicas:

I - meio hora antes do início, os participantes inscrever-se-ão, assinando a folha de identificação e recebendo o respectivo crachá;

II - ao início dos trabalhos será lido o regimento do evento e aprovado pela plenária;

III - os participantes ouvirão uma palestra sobre "Transparência, Participação Popular e Controle Social" e, em seguida, integrarão grupos de debate livre e proposições, baseadas nos temas da palestra;

IV - o sumário das conclusões dos grupos serão sistematizados num relatório final para os fins das providências indicadas.

Art. 3º. As manifestações serão pautadas pela urbanidade, devendo os participantes evitar qualquer forma de pejoração e, dando a suas manifestações conteúdos objetivos, a fim de propiciar clareza e precisão nos registros do evento.

Publique-se este Edital no diário eletrônico e envie-se dele cópia ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça e ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

Barra do Corda (MA), 28 de agosto de 2017.

EDILSON SANTANA DE SOUSA

Promotor de Justiça